

DUC ESP
11 05 15

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SEM
GARANTIA REAL OU FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS, DA VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**

ENTRE

**VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.,
COMO EMISSORA**

E

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**DATADA DE
22 DE MAIO DE 2015**





INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SEM GARANTIA REAL OU FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

- (a) **VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A.**, sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 13.º andar, conjunto A, Jardim Paulistano, CEP 01.448-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 03.407.049/0001-51, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300313216, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**"); e
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**", e, em conjunto com a Emissora, as "**Partes**"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas**"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sem Garantia Real ou Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Votorantim Industrial S.A." ("**Escritura de Emissão**"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. A emissão das Debêntures, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("**Emissão**"), a oferta pública de distribuição, com esforços restritos, das Debêntures, nos termos da Lei



JUCESP
11 05 15

n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta Restrita**"), e a celebração desta Escritura de Emissão serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 12 de maio de 2015 ("**AGE**"), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão, a Oferta Restrita e a celebração desta Escritura de Emissão serão realizadas com observância dos requisitos abaixo.

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "O Dia".

2.1.1.2. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o registro desta Escritura de Emissão serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal "O Dia", conforme legislação em vigor.

2.1.2. Inscrição desta Escritura de Emissão

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Emissora entregará uma via registrada desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data da respectiva inscrição ou averbação, conforme o caso.

2.1.3. Dispensa de Registro na CVM





300 ESP
11 06 15

3.1. **Objeto Social da Emissora**

- 3.1.1. A Emissora tem por objeto social: **(i)** a participação, no Brasil e no exterior, direta ou indiretamente, em sociedades civis e comerciais, de qualquer natureza; **(ii)** a administração de seus bens e interesses; e **(iii)** o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação.

3.2. **Número da Emissão**

- 3.2.1. Esta é a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. **Número de Séries e Quantidade de Debêntures**

- 3.3.1. A Emissão será realizada em série única.
- 3.3.2. Serão emitidas 55.000 (cinquenta e cinco mil) debêntures ("**Debêntures**").

3.4. **Montante da Emissão**

- 3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5. **Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

- 3.5.1. O banco liquidante da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, CEP 06.029-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Banco Liquidante**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).
- 3.5.2. O escriturador mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/A, Vila Yara, CEP 06.029-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Escriturador**



JUCESP
11 06 13

Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6. **Destinação dos Recursos**

- 3.6.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados a negócios de gestão ordinária da Emissora, na forma de repactuação do endividamento existente.

3.7. **Colocação e Procedimento de Distribuição**

- 3.7.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sem Garantia Real ou Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Votorantim Industrial S.A." ("**Contrato de Distribuição**"), com a intermediação de BB-Banco de Investimento S.A. ("**Coordenador Líder**"), instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- 3.7.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**"). Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: **(a)** todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; e **(b)** as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 3.7.3. No âmbito da Oferta Restrita: **(i)** será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e **(ii)** as Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 3º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de



300 ESP
11 05 15

investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como único investidor para os fins dos limites previstos nos incisos (i) e (ii) do presente item.

- 3.7.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 476.
- 3.7.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sem prejuízo da possibilidade de colocação das Debêntures com ágio ou deságio.
- 3.7.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 3.7.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal de cada uma das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de maio de 2015 ("**Data de Emissão**").



4.1.3. Data de Vencimento

4.1.4. Forma

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.6. Espécie

4.1.7. Classe

4.2. Subscrição



JUCESP
11 06 15

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.2.2. Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

4.2.2.1. Todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data. A integralização será à vista, no ato da subscrição ("**Data de Integralização**") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário.

4.3. **Negociação**

4.3.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

4.4. **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário**

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

4.5. **Remuneração**

4.5.1. Juros Remuneratórios das Debêntures

4.5.1.1. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 109,40% (cento e nove inteiros e quarenta décimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de



JUCESP
11 06 15

um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**" e "**Juros Remuneratórios**", respectivamente), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

- 4.5.1.2. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado facultativo das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano, com início em 29 de novembro de 2015, até a Data de Vencimento, nas datas indicadas abaixo:

Datas de Pagamento
29/11/2015
29/05/2016
29/11/2016
29/05/2017
29/11/2017
29/05/2018
29/11/2018
29/05/2019
29/11/2019
29/05/2020
29/11/2020
29/05/2021
29/11/2021
29/05/2022

- 4.5.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:



JUCESP
11 08 15

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

p = 109,40;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:



A

JUCESP
11 06 15

$DI_k =$ Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (over extra-grupo), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.2. Indisponibilidade da Taxa DI

4.5.2.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.2. Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto



JUCESP
11 06 15

legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.5.2.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.2.4. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a



JUCESP
11 06 18

periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios respeitará tal cronograma de amortização, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6. Repactuação Programada

4.6.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, a partir do 3º (terceiro) ano a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 29 de maio de 2018, conforme o cronograma abaixo indicado:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
29/05/2018	7,1400%
29/05/2019	7,1400%
29/05/2020	28,5800%
29/05/2021	28,5700%
29/05/2022	Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária



JUCESP
11 06 15

4.8.1.1. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Emissora: **(i)** no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios, a prêmio de resgate antecipado facultativo e aos Encargos Moratórios, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou **(ii)** nos demais casos, por meio do Escriurador Mandatário ou na sede da Emissora, conforme o caso.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriurador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa: **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e **(ii)** com relação a qualquer obrigação não pecuniária, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais nas cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e de Curitiba, Estado do Paraná, e que não seja sábado ou domingo ou feriado municipal nessas cidades.

4.8.3. Encargos Moratórios

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, ocorrendo



DUCESP
11 06 15

impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "**Encargos Moratórios**").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "O Dia", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa



DUCESP
11 06 15

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 4.3.1 acima.

5.2. Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1. A partir de 30 de maio de 2016, inclusive, as Debêntures poderão, a critério exclusivo da Emissora, ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, por meio de envio de comunicação, por escrito, aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou de publicação de aviso nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, bem como mediante envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, informando: (i) a data do resgate; (ii) a quantidade de Debêntures que serão resgatadas; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O valor de resgate será correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, acrescido de prêmio incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas (conforme abaixo indicado):

Data do Resgate	Prêmio
Entre 30/05/2016 até 30/05/2017	1,50% a.a.
De 31/05/2017 até 28/05/2022	0,25% a.a.



JUCESP
11 08 15

$$\text{Valor do prêmio} = \sum^n \left(\frac{D_n}{252} \times \text{prêmio} \times VN_n \right)$$

n = o número de datas de amortização das Debêntures, conforme descrito na Cláusula 4.7.1.

Dn = quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate e cada data de amortização até a Data de Vencimento (exclusive).

prêmio = prêmio determinado pela data do resgate conforme a tabela acima.

VNn = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures na respectiva data de amortização.

5.2.2. Na hipótese de resgate antecipado facultativo parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.2.3. No caso de resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado facultativo será realizada, conforme o caso, de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas relacionadas a esse processo, tais como a qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.2.4. A CETIP, por meio de carta da Emissora que contenha a ciência do Agente Fiduciário acerca do assunto, deverá ser comunicada da realização do resgate antecipado facultativo total com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado



JUCESP
11 05 15

5.3.1.1. Por meio do Agente Fiduciário, os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.3 e 8.7 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, na ciência da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "**Evento de Inadimplemento**"):

- (i) (a) pedido de autofalência da Emissora ou pedido de falência não elidido no prazo; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, nas datas de vencimento, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo inadimplemento;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures, nos termos da presente Escritura de Emissão, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (iv) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida, incluindo-se as emissões de debêntures, da Emissora ou de qualquer de suas Controladas (conforme definido abaixo), em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (v) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, no pagamento de qualquer dívida da Emissora ou de



30.05.2015
11 05 15

qualquer de suas Controladas, em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (a) tiver a concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

- (vi) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora ou contra qualquer de suas Controladas que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer de suas Controladas, de valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se essa obrigação, cujo valor seja líquido e certo e sobre cujo valor e pagamento não caiba qualquer recurso, ação judicial ou embargo que, em qualquer caso, suspenda a execução: **(a)** for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is); ou **(b)** for garantida por ativos suficientes da Emissora, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos deste subitem **(b)**, seja aceita pelo juízo competente;
- (vii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) concessão ou vinculação de qualquer garantia (*negative pledge*) pela Emissora ou por qualquer Controlada, exceto: **(a)** se previamente autorizado pelos Debenturistas; ou **(b)** pelas Garantias Permitidas (conforme definido abaixo);
- (ix) assunção de qualquer nova dívida que conte com cláusula em que as Garantias Permitidas descritas nesta Escritura de Emissão sejam menos restritivas que as descritas no item (viii) desta Cláusula 5.3.1.1, exceto se a Emissora garantir aos Debenturistas desta Emissão, por meio de aditamento à Escritura de Emissão, os mesmos direitos dos novos credores;



JUCESP
11 06 15

- (x) se os controladores finais da Emissora, assim entendido conforme disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, deixarem de possuir, direta ou indiretamente, pelo menos 51% (cinquenta e um inteiros por cento) do capital votante da Emissora, ou participação societária que lhes assegure o direito de:
 - (a) eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da Emissora; e, ainda (b) dirigir ou orientar o funcionamento e as diretrizes da Emissora;
- (xi) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, exceto:
 - (a) se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação;
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades Por Ações, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejaram, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
 - (c) pela incorporação pela Emissora, de modo que a Emissora seja incorporadora, de qualquer Controlada;
 - (d) pela incorporação pela Emissora, de modo que a Emissora seja incorporadora, de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
 - (e) se realizada exclusivamente entre Controladas;



DUCEAP
11 08 15

- (xii) caso as Debêntures tornem-se inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a Emissora ou caso a exequibilidade desse(s) instrumento(s) seja contestada pela Emissora ou, ainda, caso a Emissora negue ter responsabilidade sobre esse instrumento; ou
 - (xiii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de destinar os recursos líquidos obtidos com a Emissão na forma e no prazo estipulado na alínea (xiv) da Cláusula 6.1;
- 5.3.2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (i), (ii), (iv), (vi), (viii) e (xiii) da Cláusula 5.3.1.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
- 5.3.3. Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.2 acima, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, deverão convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência da ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas. Se, em referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação em data posterior, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, não deverão declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.3.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o resgate da totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, dos Encargos



DUCEP
11 06 15

Moratórios, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.3.5. Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) "**Controlada**" significa qualquer sociedade ou outra entidade em que a Emissora possua, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social, exceto as subsidiárias financeiras da Emissora, observado que, a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, declaram-se cientes e concordam, de forma automática e sem a necessidade de qualquer aviso ou notificação, que, no momento em que o aviso ao mercado da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão de qualquer Controlada, incluindo a Votorantim Cimentos S.A., for publicado, ou seja, no momento do lançamento de tal oferta pública inicial de ações, independentemente do percentual de participação societária a ser detido direta ou indiretamente pela Emissora ou por qualquer sociedade do seu grupo após a realização da mesma, a definição "Controlada" não incluirá tal Controlada, incluindo a Votorantim Cimentos S.A. ou suas controladas, sendo certo que, caso a oferta pública inicial de ações lançada por meio do aviso ao mercado acima referido não seja concluída nos termos e de acordo com todos os prazos legais e regulamentares aplicáveis à época de tal oferta, tal Controlada, incluindo a Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas permanecerão vinculadas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão; e
- (ii) "**Garantias Permitidas**" significam:
 - (a) qualquer garantia que recaia sobre os estoques ou recebíveis e ativos relacionados (que não aquelas descritas no subitem (c) abaixo), relativos a quaisquer obrigações da Emissora e de suas Controladas: **(1)** em linhas de crédito/financiamento de curto prazo, realizadas no curso normal dos seus negócios; ou **(2)** em qualquer empréstimo para capital de giro;



JUCESP
11 06 15

- (b) garantias constituídas unicamente para o propósito de assegurar o pagamento, no todo ou em parte, do preço de compra de um ativo ou propriedade adquirida, construída ou melhorada após a data de assinatura desta Escritura de Emissão (ou o custo de construção ou melhoria e qualquer comissão ou despesa relacionada a tal transação, incluindo o capital social de qualquer entidade), desde que: **(1)** o montante agregado principal da dívida garantida por tais gravames não exceda o preço de compra do ativo ou da propriedade adquirida, construída ou melhorada; **(2)** tais garantias não onerem nenhum ativo ou propriedade que não o ativo ou propriedade então adquirido, construído ou melhorado; e, ainda, **(3)** sejam outras que não aquelas propriedades sem melhorias sobre a qual a propriedade então construída, ou a melhoria estejam localizadas, e sejam vinculadas a tal ativo ou propriedade no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da aquisição, construção ou melhoria de tal ativo ou propriedade;
- (c) garantias sobre recebíveis e bens relacionados à exportação, importação ou outras transações comerciais ou referentes a qualquer transação de securitização, desde que o montante agregado de quaisquer recebíveis vendidos ou transferidos em tais transações de securitização não excedam: **(1)** em relação às transações relativas às receitas provenientes de exportações, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas da Emissora e de suas Controladas; ou **(2)** em relação às transações relativas às receitas provenientes de vendas domésticas, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas dentro do país de operação da Emissora e de suas Controladas;
- (d) garantias concedidas para assegurar empréstimos junto: **(1)** ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou qualquer outro banco de desenvolvimento público brasileiro ou instituição de crédito; ou **(2)** a qualquer seguradora, banco ou agência internacional de desenvolvimento e de importação e exportação;
- (e) garantias existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão;



- (f) garantias sobre bens ou ações do capital social de outra entidade no momento em que tal entidade passar a pertencer ao grupo da Emissora e de suas Controladas, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (g) garantias sobre bens no momento em que a Emissora ou qualquer de suas Controladas adquiram tal bem, incluindo qualquer aquisição por meio de fusão com, ou incorporação dentro de tal entidade ou de uma controlada de tal entidade, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (h) garantias assegurando uma dívida da Emissora ou outras obrigações de qualquer das Controladas da Emissora;
- (i) garantias em favor de cauções, avais ou cartas de crédito emitidas de acordo com a solicitação da, e para a conta de tal entidade, decorrentes do curso regular dos negócios da Emissora e de suas Controladas;
- (j) garantias assegurando obrigações decorrentes de contratos de *hedge*, não relacionados a propósitos especulativos;
- (k) qualquer garantia estendendo, renovando ou substituindo (ou sucessivas extensões, renovações ou substituições de), no todo ou em parte, qualquer Garantia Permitida, nos termos dos subitens (b), (d), (e), (f) ou (g) acima, desde que tal montante principal garantido não exceda o montante principal da dívida então segurada ao tempo da extensão, renovação ou substituição e desde que tal extensão, renovação ou substituição seja limitada ao todo ou parte do bem segurado pela garantia então estendida, renovada ou substituída (acrescidas das melhorias sobre tais bens); e
- (l) qualquer garantia não descrita nos subitens (a) a (k) acima, e desde que assegure dívidas as quais, excluídas as dívidas seguradas por outras garantias permitidas, não excedam o montante agregado principal



DUCESP
11 08 15

equivalente a 15% (quinze por cento) do ativo tangível líquido consolidado da Emissora.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - (b) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
 - (c) dentro de 20 (vinte) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, desde que tal informação seja indispensável para que este último possa cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("**Instrução CVM 28**"); e
 - (d) proceder à adequada publicidade dos dados econômico financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476.
- (ii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

